

DIREITO
V.10 • N.2 • Publicação Contínua - 2025
ISSN Digital: 2316-381X
ISSN Impresso: 2316-3321
DOI: 10.17564/2316-381X.2025v10n2p105-122



A VOZ DO SUBALTERNO NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: PERCEPÇÕES DISCURSIVAS

THE VOICE OF THE SUBALTERN IN GENDER RELATIONS:
DISCURSIVE PERCEPTIONS

LA VOZ DEL SUBALTERNO EN LAS RELACIONES DE GÉNERO:
PERCEPCIONES DISCURSIVAS

Bruno Gomes Pereira¹
Thiago Luiz Sartori²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar, de forma exploratória, a voz do subalterno nas relações de gênero. A Fundamentação Teórica é de cunho interdisciplinar e opera na interface entre as discussões acadêmicas sobre feminismo e construção de poder no campo dos estudos queer. A crítica feminista enfatiza a importância das questões de gênero na história, na política e na cultura. A metodologia empregada é de caráter bibliográfico, partindo da premissa de que propomos o diálogo entre diferentes autores do campo das discussões acadêmicas para construção dos julgamentos de valores aqui descritos. A pesquisa revela que esforços para pensar gênero dentro de projetos decoloniais trouxeram à tona a ideia de imbricação como meio de compreender a natureza estrutural e estruturante das categorias de opressão e privilégio.

PALAVRAS-CHAVE

Colonialismo. Gênero. Construção de Vozes.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze, in an exploratory way, the voice of the subaltern in gender relations. The Theoretical Foundation is interdisciplinary in nature and operates at the interface between academic discussions on feminism and power building in the field of queer studies. Feminist criticism emphasizes the importance of gender issues in history, politics, and culture. The methodology used is bibliographic, based on the premise that we propose a dialogue between different authors in the field of academic discussions for the construction of the judgments of values described here. The research reveals that efforts to think about gender within decolonial projects brought to light the idea of imbrication as a means of understanding the structural and structuring nature of the categories of oppression and privilege.

KEYWORDS

Colonialism; gender; voices construction.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar, de manera exploratoria, la voz de los subalternos en las relaciones de género. La fundamentación teórica es de naturaleza interdisciplinaria y opera en la interfaz entre las discusiones académicas sobre el feminismo y la construcción del poder en el campo de los estudios queer. La crítica feminista enfatiza la importancia de las cuestiones de género en la historia, la política y la cultura. La metodología utilizada es de carácter bibliográfico, partiendo de la premisa de que proponemos el diálogo entre diferentes autores en el ámbito de las discusiones académicas para construir los juicios de valor aquí descritos. La investigación revela que los esfuerzos por pensar el género dentro de proyectos decoloniales sacaron a la luz la idea de imbricación como medio para comprender la naturaleza estructural y estructurante de las categorías de opresión y privilegio.

PALABRAS CLAVE

Colonialismo. Género. Construcción de Voces.

1 INTRODUÇÃO

A constituição dos papéis, masculino e feminino, pelo menos na história até aqui conhecida, se desenvolveu baseada em relações de poder³ e dominação. E nesta história, o pêndulo do poder sempre esteve do lado masculino. As relações de gênero se constituíram de tal forma que, durante séculos, se acreditou em um natural desigualdade entre homens e mulheres.

As mudanças ocorridas no século XX foram fundamentais para o avanço das mulheres na sociedade, além de colaborar para o reconhecimento da mulher no mercado de trabalho como pessoa que possui direitos, tendo em vista que ela desenvolve da mesma forma que o homem as suas atribuições profissionais, contribuiu também para o respeito quanto ao seu reconhecimento como mulher e cidadã.

O uso da palavra gênero é controverso devida às múltiplas formas que assume e aos muitos contextos aos quais se aplica. Tradicionalmente, na língua portuguesa, o termo gênero reflete a divisão entre masculino, feminino e neutro. Ao buscar a origem etimológica do termo, gênero vem do latim *genus*, e significa “nascimento”, “família”, “tipo”. Já em sua origem grega, *genos* e *geneã*, encontra-se alusão ao sexo, embora só tenha sido associado ao sexo biológico do indivíduo, enquanto sinônimo, por volta do século XV. Nas Ciências Sociais, a palavra gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas.

As definições sobre homem e mulher, ao longo da história ocidental, sofreram modificações, contudo a dominação sempre foi masculina. Para Platão e Aristóteles, a inferioridade feminina era não apenas aceitável, mas absolutamente normal.

Até o período do Renascimento, quase não se dispunha de terminologias anatômicas para descrever o sexo feminino. Além disto, somente por volta do início do século XVIII, aparece, na língua inglesa, um termo específico para designar vagina, não existindo nenhum termo técnico em latim ou grego.

A partir do Século XVIII – o Século das Luzes – passa-se a considerar a existência de um modelo de dois sexos, contrariando a percepção herdada dos gregos, e que perdurou por séculos, de que haveria apenas um sexo biológico, enquanto o gênero se apresentaria em duas possibilidades. Este novo modelo passa a adotar dois sexos incomensuráveis, “abandona-se” o isomorfismo, além de ideias transcendentais de perfeição, de modo a resultar em novos espaços público-privados surgem, assim como o feminismo, gerados pelos ideários da Revolução Francesa, que reivindicava às mulheres liberdades civis e pessoais. Entretanto, estas novas ideias também fizeram surgir um novo anti-feminismo, e a “criação de uma esfera pública burguesa levantou com violência a questão de qual sexo deveria ocupá-la legitimamente” (Laqueur, 2001, p. 254).

As revoluções do Século XVIII, apesar de contribuírem na modificação de interpretação sobre a masculinidade e a feminilidade, como verificado anteriormente, não foram suficientes para revolu-

³ A definição de “poder” adotada neste trabalho é condizente com a proposta de Bourdieu (1989). Conforme o autor, o princípio do empoderamento baseia-se na relação entre subordinante e subordinado, em que um dos dois assume papel paciente no que compete às relações sociais.

cionar as relações de poder entre os sexos, apenas modificaram o eixo de entendimento e naturalização do poder masculino em prol de um projeto burguês de sociedade que se vislumbrava.

Independentemente do modelo apresentado, ou da época relatada as relações entre homem e mulher na história ocidental constantemente foi apresentada sobre o viés do patriarcado, do poder androcêntrico. Isto quer dizer que, apesar das interpretações sobre gênero terem intensidades específicas em tempos e espaços diversos, sempre estiveram atreladas ao evento do patriarcado e sua função no controle da sexualidade feminina.

A segregação ocupacional por gênero é dada por uma conformação de fatores que levam à distribuição desigual entre mulheres e homens na estrutura laboral. A socialização tende a atribuir aos indivíduos desde a infância papéis “de homens” e “de mulheres” que vão sendo reforçados durante todo o ciclo de vida. Ainda, mulheres são vistas como mais aptas para determinadas funções que para outras, como se houvesse pré-disposições naturais, processo chamado pela literatura de “essencialismo de gênero”.

Dessa maneira, forma-se um ciclo vicioso no qual as mulheres optam mais frequentemente por determinadas carreiras, nas áreas de saúde, cuidado, docência infantil etc., que por outras, bem como são mais bem recebidas por contratantes em funções “de mulher” do que naquelas entendidas como “de homem”. Ao longo da história, o gênero feminino é subjugado e lhe é imposto uma submissão aos homens, uma tarefa de zelar pela moral e bons costumes e, mesmo após anos de luta, percebe-se que a sociedade ainda não abandonou esta herança colonial do machismo.

Há, até hoje, uma cobrança social de que os homens sejam racionais e dominantes e das mulheres espera-se uma postura emotiva e receptiva. A dominação do sexo masculino em casa, espaço privado, exemplifica-se na seguinte sentença: em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Assim, encobre-se a violência masculina contra as mulheres, pois o “sexo frágil” foi criado para o silêncio, o medo e a timidez. Dessa forma, ocorre a valorização do gênero masculino e a desvalorização do gênero feminino, o masculino passa a ser considerado o lugar de ação, chefia, considerado algo potente e primário, enquanto o lugar da mulher é posto em desvantagem, frágil, visto como algo débil, morbífico, secundário.

Como parte de um estudo de países com alta prevalência de violência contra a mulher, analisamos dados da Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial, Nações Unidas e fontes acadêmicas. Descobriu-se que os países colonizados têm 50 vezes mais chances de ter uma alta prevalência de violência conjugal contra a mulher. Quando uma sociedade patriarcal é combinada com uma história de colonialismo, o risco de violência doméstica aumenta.

A questão da ação de gênero e a possível transformação das normas nos levam a uma preocupação, a saber, um modelo conceitual para analisar a relação entre as pessoas e as normas sociais com as quais elas devem conviver. Pensar como as pessoas fazem e desfazem gênero necessariamente invoca discussões conceituais contemporâneas sobre agência e resistência, processos pelos quais novas normatividades são instituídas.

Explorações críticas das operações de poder coloniais e de gênero interrogam como a cultura e a identidade estão imbricadas no passado e no presente da primazia do conhecimento masculinista “ocidental”. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar de forma exploratória a voz do subalterno nas relações de gênero.

2 A CONSTRUÇÃO DO GÊNERO A PARTIR DO PÓS-COLONIALISMO

O pós-colonialismo examina como sociedades, governos e povos nas regiões anteriormente colonizadas do mundo vivenciam as relações internacionais. O uso de ‘pós’ por estudiosos pós-coloniais, de forma alguma, sugere que os efeitos ou impactos do domínio colonial já se foram há muito tempo. Em vez disso, destaca o impacto que as histórias coloniais e imperiais ainda têm na formação de uma maneira colonial de pensar sobre o mundo e como as formas ocidentais de conhecimento e poder marginalizam o mundo não-ocidental. O pós-colonialismo não está interessado apenas em entender o mundo como ele é, mas também como deveria ser. Preocupa-se com as disparidades no poder global e na acumulação de riqueza e porque alguns estados e grupos exercem tanto poder sobre outros.

Análises históricas e etnográficas como as de família, economia e parentesco dão indicações de como o gênero foi formado e transformado sob o colonialismo, passando pelo pós-colonialismo, industrialização e desenvolvimento. Os estudos pós-coloniais não constituem propriamente uma matriz teórica única. Trata-se de uma variedade de contribuições com orientações distintas, mas que apresentam como característica comum o esforço de esboçar, pelo método da desconstrução dos essencialismos, uma referência epistemológica crítica às concepções dominantes de modernidade. As teóricas pós-coloniais e feministas afirmam que as mulheres são oprimidas tanto pelo patriarcado quanto pelo poder colonial, e que este é um processo contínuo em muitos países, mesmo depois de terem conquistado a independência. Assim, as mulheres são colonizadas de forma dupla pelo imperialismo e pela dominação masculina.

O feminismo pós-colonial afirma que as mulheres de cor são triplamente oprimidas devido à sua (1) raça/etnia, (2) status de classe e (3) gênero. Isso, por sua vez, retoma à ideia de segregação colonial, por meio de um discurso em tom de denúncia ao que compete às relações de disjunções sociais.

As teorias pós-coloniais e de gênero emergem de lutas políticas e tradições intelectuais que se conectam de maneiras importantes para a educação. Mais significativamente, essas constelações teóricas convergem em sua crítica ao poder dominante e, com isso, em seu desafio à produção de conhecimento normativo e relações de autoridade.

Como ferramenta analítica, a colonialidade explica como as identidades de colonizador e colonizado foram formadas relacionalmente estabelecidas em relação um ao outro. O gênero como estrutura social também é formado relacionalmente, por meio de interações entre pessoas e por meio de ações e expectativas de pessoas e grupos que realizam e respondem ao comportamento de gênero. Esses papéis são apoiados por uma série de instituições e estruturas como a família, os sistemas educacionais e o mercado de trabalho. A ordem sociocultural ocidental, com o gênero no centro, passou a ser vista como universal por meio do colonialismo e dos subsequentes sistemas de colonialidade.

Raça e gênero como estruturas foram definidos como parte desse processo histórico, em um momento em que as bases morais, religiosas, econômicas e ideológicas da organização humana e societária foram renovadas e redefinidas, tornando a hierarquização de raça e gênero indissociável do processo econômico de colonialismo. Muitos sistemas coloniais de governança baseavam-se na “racialização” da população local: categorização e marginalização de grupos de pessoas de acordo com raça ou etnia.

Embora as pessoas hoje não tenham experimentado pessoalmente o colonialismo, estas podem experimentar o trauma histórico de suas comunidades. Eventos compartilhados por toda uma comunidade ou grupo étnico podem resultar em traumas transmitidos por gerações.

Os estudos de gênero demonstram, em projetos imperiais, coloniais e de construção de nações, bem como nos recentes paradigmas neoliberais capitalistas e de desenvolvimento, que as normas de gênero figuram dentro dos tropos da modernidade e da tradição, e se cruzam com padrões relacionados, como rural e divisões urbanas, de classe e étnicas, e educação e meios de subsistência. Tais projetos têm exacerbado as relações de poder nas configurações masculino/feminino de acordo com o modelo de família “ocidental” e suas preocupações e valores da classe média branca.

Para Gonzalez (2020), o “gênero” não é compreensível independentemente de seu contexto racial, de classe ou outros. Ela atende às relações entrelaçadas de poder em diferentes formas de subordinação.

As relações de gênero entre homens e mulheres pré-coloniais, e entre normas de gênero “boas” e “desviantes” na era colonial, são ainda forçadas a se reconciliar com formações capitalistas neoliberais, desenvolvimento, direitos humanos e atividades humanitárias que buscam novos posicionamentos normativos para atores.

Para McLennan (2003), de que a teoria pós-colonial implode a base epistemológica das ciências sociais, boa parte da crítica pós-colonial tem como destinatário não o conjunto da teoria social, mas uma escola teórica particular, qual seja, a teoria da modernização, e se assemelha a objeções levantadas por cientistas sociais que nada têm a ver com o pós-colonialismo.

Gonzalez (2020) afirma ainda que de acordo com a lógica interna determinante de sua expansão, constata-se que, em sua fase monopolista, o capitalismo industrial obstrui o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas. A problemática do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a fatores que, funcionando como limites internos e externos, acabam por emperrar a dinâmica do sistema. A formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores, de outro, vão constituir os fatores acima citados. Evidentemente, eles acabam por se articular, na medida em que são os elementos caracterizadores de uma problemática.

Em linha com o pensamento contemporâneo nas ciências sociais, é possível observar que a agência de gênero pode ser expressa de várias maneiras, desde habitar as normas de gênero até resistir a elas na forma de antinormas, mas, mais importante, por meio de uma série de ações sociais de gênero que cair no meio. Os termos *masculino* e *feminino* são usados simetricamente apenas por uma questão de forma, como em documentos legais. Na realidade, a relação dos dois sexos não é exatamente como a de dois pólos elétricos, pois o homem representa tanto o positivo quanto o neutro, como indica o uso comum do *homem* para designar os seres humanos em geral; enquanto a mulher representa apenas o negativo, definido por critérios limitantes, sem reciprocidade.

Collins (2019) explica que certos humanos são reconhecidos como menos que humanos, e essa forma de reconhecimento qualificado não leva a uma vida viável. Certos humanos não são reconhecidos como humanos, e isso leva a outra ordem de vida inviável. Se parte do que o desejo deseja é obter reconhecimento, então o gênero, na medida em que é animado pelo desejo, também desejará reconhecimento.

A crítica feminista enfatiza a importância das questões de gênero na história, na política e na cultura. Inerentemente interdisciplinar, o feminismo examina os relacionamentos entre homens e mulheres e as consequências dos diferenciais de poder para a situação econômica, social e cultural das mulheres (e dos homens) em diferentes lugares e períodos da história. Perspectivas feministas têm sido centrais para os estudos pós-coloniais desde seu momento inicial, compartilhando muitas das preocupações gerais do pós-colonialismo, mas também revisando, questionando e complementando-as.

A família patriarcal é um exemplo de círculo familiar no qual o machismo possui forte influência. Mesmo após o declínio do patriarcalismo, o machismo ainda continua presente nos comportamentos cotidianos. desta forma, percebe-se que algumas mudanças socioculturais não foram suficientes para erradicá-lo da sociedade, havendo apenas o acúmulo de papéis pela mulher, estando de acordo com os resultados do presente estudo.

Collins (2019) complementa ainda que o racismo, o sexismo, a exploração de classe, o heterossexismo, o nacionalismo e a discriminação contra pessoas com capacidades diferentes e de diferentes idades, etnias e religiões afetam a vida de todos nós. No entanto, encontramos-nos em posições diferentes dentro dessas relações de poder e, como resultado, temos pontos de vista distintos sobre elas.

No Brasil, em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca (Gonzalez, 2020).

A colonialidade das práticas discursivas dos feminismos hegemônicos no Terceiro Mundo, ou pelo menos na América Latina, não se restringiria a uma reprodução das estratégias de constituição dos Outros do feminismo do continente: afrodescendente, indígena, lésbica mulheres, trabalhadores, trabalhadores do sexo, camponeses, pobres; os efeitos da colonização discursiva dos feminismos ocidentais implicariam uma colonialidade intrínseca aos discursos produzidos pelos feminismos latino-americanos de tal forma que ela deixa de ser apenas um atributo dos feminismos do Primeiro Mundo e em nossas terras tem pelo menos duas outras consequências: a definição, em conluio e franca dependência dos feminismos hegemônicos do Norte imperial, das diretrizes e eixos de preocupação e ação do feminismo local.

3 IDENTIDADES DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO (DES)COLONIAL

Falar de gênero em termos de homem/mulher, falar de raça em termos de branco/negro, falar de classe em termos de ricos/pobres, falar de habilidade em termos de deficientes/aptos, falar de

sexualidade em termos de heterossexual/homossexual e assim por diante, pode ser uma ajuda para reivindicar “as ferramentas do mestre”

O domínio colonial deixou um legado de dois lados na vida das mulheres: emponderou-as economicamente, mas, ao mesmo tempo, tornou-as mais vulneráveis à violência dentro de casa. O passado colonial nos ensina uma lição cuja relevância política se estende até nossos tempos: o aumento das oportunidades econômicas femininas pode não gerar resultados universalmente melhores para as mulheres.

Para Gonzalez (2020), um desenvolvimento capitalista desigual e dependente, que combina diversos processos de acumulação, gera uma superpopulação relativa com referência à forma de produção hegemônica, e que atua, em parte, como um exército industrial de reserva e, em parte, como uma massa marginal. O que importa é que a não funcionalidade desta última está indicando um baixo grau virtual de integração dos sistemas, um desajustamento a solucionar, cuja resolução organiza modos de integração social compatíveis com a manutenção da matriz de relações vigente.

À medida que evoluiu nos Estados Unidos, preocupações feministas negras como “raça” e “classe” surgiram em resposta à falta de tais preocupações no ativismo feminista branco. Em conjunto com os paradigmas heterossexuais nacionais e com os movimentos anti-LGBTQIA+ vêm os discursos de “empoderamento” dos direitos humanos para apoiar tais movimentos.

Falar de gênero é falar das categorizações da humanidade. Qualquer atalho mapeado por outros meios permanecerá perdido em debates distraídos sobre indivíduos ou coletivos descontextualizados, suas questões especiais e as chamadas diferenças, medidas em relação a padrões hegemônicos não nomeados, normas identitárias e pactos dominantes.

As reorientações trazidas pelo feminismo negro, mulherismo, estudos queer, estudos sobre masculinidade, estudos sobre deficiência, entre outras correntes críticas de pensamento que provincializam esses padrões míticos hegemônicos, percorreram um longo caminho para retrabalhar o espaço possível de reflexão e ação política. No entanto, até que os termos de partida e referência sejam efetivamente recentralizados, as (im)possibilidades de disputa política permanecem capturadas na imagem de quem procuramos responder. E todos os outros permanecem fadados à alteridade, particularidade ou relativismo, impedidos de definir identidade e diferença, norma e exceção, entre outros marcadores coletivos da comunidade política em seus próprios termos.

O olhar para formas de opressão que se cruzam, interagem, se entrelaçam, se sobrepõem, simultâneas, possibilitou um deslocamento inteligível dentro da gramática hegemônica que permite um (des)engajamento da lógica binária reinante. Movendo-se de *um/ou* para *ambas as formas* de pensar, tais reorientações críticas cada vez mais agrupadas sob o guarda-chuva da interseccionalidade visam substituir ‘modelos aditivos’ de opressão com suas variáveis (in)dependentes delimitadas, e efetuar uma mudança de paradigma baseada em uma crítica epistêmica afrocentrada que, em vez de interpolar o mestre universal do feminismo /inimigo, cara, reconta a história dentro e além do patriarcado branco.

Bhabha (1999) explica que o “direito” de significar a partir da periferia do poder autorizado e privilegiado não depende da persistência da tradição; tal direito está fundado no poder da tradição de ser reinscrita por meio das condições de contingência e contradição que respondem às vidas daqueles que “estão em minoria”. O reconhecimento que a tradição louva é uma forma parcial de identificação. Retomando o pas-

sado, tal reconhecimento introduz outras temporalidades culturais na invenção da tradição. Esse processo torna estranho qualquer acesso imediato a uma identidade original ou tradição “recebida”.

O empoderamento das mulheres tem se mostrado um insumo fundamental e necessário para o desenvolvimento econômico e social. As relações de gênero no atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira foram significativamente modificadas pelas conquistas dos movimentos feministas. De crenças culturais como essas a suas manifestações na força de trabalho, os tons misóginos do patriarcado podem ser encontrados em todos os cantos da sociedade. A colonização não apenas impôs construções patriarcais às estruturas familiares, mas essas normas se infiltraram nos relacionamentos que muitas mulheres mantêm, sejam elas de natureza romântica ou não.

Ao considerar as intensas mudanças ocorridas a partir da metade do século XX, depara-se com muitas transformações em relação à participação e atuação da mulher no mercado de trabalho, que até então, eram vistas pela sociedade patriarcal, como responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, enquanto o homem era visto como provedor econômico.

Os efeitos da tradicional desigualdade de gênero perpassam desde o estabelecimento de uma falsa, ou pelo menos frágil, autonomia das mulheres camponesas, até o estabelecimento de um padrão de acesso aos direitos sociais operado exclusivamente pelas mulheres, em nome de suas famílias, o que frequentemente ao contrário de promover autonomia, tem reforçado o papel social do “cuidado” atribuído à mulher.

Mesmo antes do nascimento, as normas e outros aspectos do sistema de gênero começam a moldar as perspectivas de vida do bebê em desenvolvimento. Estudos mostram que o comportamento dos pais muda em relação a um bebê assim que seu sexo é conhecido ou atribuído. À medida que as crianças crescem, elas absorvem mensagens sutis e abertas sobre o que é valorizado, quem tem poder e como se comportar.

A socialização de gênero começa na família e é reforçada ou contestada por professores, líderes religiosos, colegas e exposição à mídia. Aos dez anos, as crianças já absorveram normas restritivas sobre condutas de gênero aceitáveis, que tendem a ser rigidamente policiadas pelos pais e colegas. Ao entrar na puberdade, os horizontes de muitas meninas tornam-se cada vez mais restritos, enquanto as oportunidades e liberdades dos meninos se expandem, especialmente nos países em desenvolvimento.

Uma das forças mais notáveis do patriarcado visando os homens é a masculinidade tóxica. Masculinidade tóxica é, como o nome sugere, masculinidade ao ponto de toxicidade. Ela decorre da glorificação do comportamento hipermasculino e, como resultado, os homens são fortemente desencorajados a se envolverem no comportamento feminino. Isso prejudica a todos, independentemente do gênero, criando expectativas comportamentais rígidas para os homens e adicionando desprezo à feminilidade, equivocando-a à fraqueza e inferioridade.

As incipientes transformações do tradicional padrão de gênero ocorrem porque as mulheres começam a acessar, frequentemente, um novo patamar financeiro. Já os movimentos feministas e organizações não governamentais apontam, a partir do seu cotidiano de mobilizações, que mesmo em tempos de retração dos direitos, os processos mobilizatórios, de militância e religioso produzem sujeitos políticos que acima de tudo são mulheres, mas também são batalhadoras por uma vida com maior índice de autonomia.

No que tange ao Brasil, este país está posicionado no 92º lugar no Relatório “Global Gender Gap Report2020” do Fórum Econômico Mundial, documento que classifica 153 países em termos de acesso de homens e mulheres a política, participação e oportunidade econômica, educação e saúde (WEF, 2020). Esse ranking reflete a desigualdade de gênero que o país enfrenta, mesmo tendo a maior parte da população formada por mulheres e a força de trabalho constituída na sua maioria por mulheres.

Em pleno século XXI, mulheres ainda driblam casa, relacionamentos, trabalho e estudo com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Suas jornadas triplicadas, implicam ainda em cobranças estéticas, ficando reservado aos homens o benefício da liberação das atividades domésticas e do espaço privado. A máxima do existencialismo, expresso por Beauvoir, é o entendimento de que homens e mulheres são socialmente construídos, não havendo determinações nem biológicas, nem psíquicas, nem econômicas que justifiquem as interpretações dos seus papéis sociais nem as diferenças as quais estão submetidas.

4 A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E (DES) COLONIALISMO ESTRUTURAL GÊNERO

O campo dos estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final da década de 1970, juntamente com o fortalecimento do movimento feminista do país. A perspectiva de gênero pelas políticas públicas é, no entanto, um tema ainda pouco explorado hoje. As políticas públicas podem ser entendidas como um curso de ação governamental, orientado por determinados objetivos, que refletem ou traduzem um jogo de interesses.

O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre a mulher na década de 1970. Desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes linhas do feminismo. O uso atual mais comum do conceito é aquele proposto pelo feminismo da diferença. Isso rejeita pressupostos do feminismo da igualdade, que afirma que as únicas diferenças que efetivamente existem entre homem e mulher são biológicas e sexuais e que as outras diferenças observáveis são culturais, derivadas das relações de opressão, e portanto, deve ser eliminada para dar lugar às relações entre seres “iguais”. Para os homens e mulheres teóricos da diferença, o conceito de gênero refere-se à cultura feminina traços (ou, no pólo oposto, traços masculinos) construídos socialmente sobre uma base biológica.

Constrói-se, assim, a polarização entre os gêneros, em que a diferença é concebida como categoria central de análise e que é fundamental na definição de estratégias de ação. As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução e público e privado. Para o feminismo da diferença, o poder está concentrado na esfera pública, e é nessa polaridade que se encontra na origem da subordinação das mulheres.

A constituição das mulheres como sujeitos políticos se deu inicialmente por meio de sua mobilização em torno da democratização do regime e de questões que afetam os trabalhadores urbanos pobres como um todo, como os baixos salários, o alto custo de vida e questões relacionadas à inexistência de infraestrutura urbana e precário acesso a serviços coletivos, manifestação “perversa” no espaço urbano do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país, caracterizado pela ar-

ticulação entre “crescimento e pobreza”. água e saneamento nas periferias urbanas e em torno de demandas por equipamentos coletivos como escolas, creches e postos de saúde.

Por meio da organização de caráter político, foi que se deu a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial em junho de 1978. Seu objetivo fundamental consiste na mobilização e organização do povo negro para lutar contra a superexploração econômica de que tem sido objeto, assim como contra a “mais-valia” cultural e ideológica dele extraída pelo grupo branco dominante. Ao mesmo tempo em que criticavam as desigualdades de classe, os movimentos de mulheres ou as mulheres dos movimentos também levantavam temas específicos para a questão das mulheres como direito à creche, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher.

A Constituição de 1988 reflete a mobilização das mulheres, visto que foi organizada em torno do tema uma Assembleia Constituinte legítima para incluir a voz das mulheres, as mulheres elaboraram propostas para a nova Constituição, que foram apresentadas ao Congresso Constituinte sob o título Carta da Mulher Brasileira. Várias foram as propostas apresentadas incluindo temas relacionados à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra e foram incluídas na Constituição.

Em relação às políticas públicas, a pressão dos movimentos é direcionada aos diferentes níveis de governo, a depender da distribuição das competências em cada campo da política pública. Assim, por exemplo, as demandas no campo do combate à violência contra as mulheres são direcionadas prioritariamente aos níveis estadual e municipal. As questões relacionadas à saúde, por sua vez, são direcionadas, em um primeiro momento, ao governo federal.

Mais recentemente, fortaleceu-se a tendência de formulação de propostas de políticas públicas, tornando este espaço um espaço privilegiado na luta pela superação da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Essa tendência é ilustrada pelo Encontro de Gênero e Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Polis, em São Paulo, em novembro de 2000; pelo Encontro Nacional de Mulheres e Poder Local, organizado pelo IBAM, de 13 a 14 de abril de 2000, no Rio de Janeiro; e o encontro sobre Indicadores de Gênero, promovido pelo IBAM, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2001. Outra indicação dessa ênfase é o projeto “Gênero na administração – desafios para governos municipais e estaduais”, organizado pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung em 1998.

Mais recentemente, movimentos e grupos de mulheres no Brasil passaram a recomendar a discriminação positiva de alguns grupos de mulheres, mais atingidos pela exclusão, recomendando atenção especial às mulheres negras, solteiras e chefes de família, por seu maior grau de vulnerabilidade.

Ao desenhar programas direcionados especificamente para as mulheres ou que envolvam atenção especial às mulheres, há uma focalização. Mas, diferentemente da noção de gasto eficiente, presente em propostas como as do Banco Mundial, nas propostas elaboradas pelos movimentos de mulheres brasileiras, o que se destaca é a necessidade de inserção no espaço da cidadania de um segmento antes invisível, que exige, pelo menos em um primeiro momento, políticas específicas ou ações que privilegiem as mulheres dentro de políticas mais amplas. Trata-se, portanto, de um movimento de extensão dos direitos de cidadania que envolve a “discriminação positiva”, processo designado por Norberto Bobbio como “multiplicação de direitos por especificação”.

Uma linha de ação que se destaca nos programas é o combate à violência contra a mulher. Os programas nessa área estão estruturados como programas de atenção integral às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo assistência jurídica, social e psicológica. A maioria inclui serviços na área da saúde e educação, com destaque para a capacitação das mulheres atendidas, visando sua reinserção social. Um exemplo de iniciativa nessa área é o programa Casa Rosa Mulher, em Rio Branco (Acre), que atende mulheres e meninas vítimas de violência sexual e doméstica, como parte de uma política de combate à prostituição infantil e ao tráfico de mulheres. Outros exemplos são a Casa Eliane de Grammont, de São Paulo, a Casa Bertha Lutz, de Volta Redonda, Rio de Janeiro, e o CIAM – Centro Integrado de Atendimento à Mulher, de Bauru, São Paulo.

Segundo Gonzalez (2020), é inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental nas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. Ao centralizar suas análises em torno do conceito de capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), ele revelou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de importância crucial para a direção de nossas lutas como movimento.

Trabalhar com categorias hegemônicas eurocentradas, como gênero, implica trabalhar as limitações e renúncias de sua capacidade de apreender o que está em jogo quando se fala daquilo que se coloca em seu domínio. Essa empreitada exige repensar a relação entre lugar, pensamento político e ação, de modo a compreender os processos históricos dentro e além de suas classificações hegemônicas.

A inclusão da questão de gênero na agenda dos governos subnacionais ou sua incorporação pelas políticas e programas governamentais, ainda que não explicitada na agenda governamental, ocorre por influência de diferentes atores, com variações de campo para campo.

Estar atento à natureza estruturante e estrutural de raça, classe, sexualidade, gênero, entre outras categorizações da humanidade, para além dos processos de subjetivação e consequentes inclusões/exclusões, é ver o mundo de novo. É cultivar as condições necessárias para uma espécie de alfabetização racial e de gênero, que atenda às múltiplas, oscilantes e imbricadas formas de poder que atravessam qualquer experiência individualizada de nosso mundo herdado. E com novos pontos de partida, retorno e referência, é possível redefinir os termos do debate e passar para um campo de jogo conceitual e político que reconheça e trabalhe como gênero, raça, classe e sexualidade não operam no mesmo plano, como procuraremos detalhar na próxima seção.

Gonzalez (2020), ao refletir sobre a situação do Brasil e o tipo de modernização/colonização aqui experimentado, com seus modelos político-econômicos e pressões ideológicas dos centros de poder global, oferece ferramentas conceituais alicerçadas em uma experiência diaspórica capaz de responder aos termos por meio de qual nossa sociedade foi forjada, mas não limitada a seus limites e classificações oficiais. No ensaio ‘Por um feminismo afro-latino-americano’, ela reflete sobre o caso quase excepcional do Brasil ao apontar para o ‘silencioso ruidoso em torno das contradições raciais que se baseiam, nos tempos modernos, em um dos mitos mais eficazes de dominação ideológica: o mito da democracia racial’.

Metodologicamente, quando conjugados com os mitos de neutralidade, universalidade e individualidade dos modos eurocentrados predominantes de perceber e inscrever nossas realidades, em uma

sociedade como a nossa que vela suas contradições e desigualdades pela linguagem da harmonia racial, torna-se imperativo desenvolver ferramentas conceituais que tornam legíveis os termos de dominação, cujo racismo se articula por meio de uma ideologia de branqueamento ao invés de modos de segregação mais explícitos ou ostensivos.

É a partir deste ponto de partida que convidamos a repensar nossa relação com o lugar, o pensamento político e a ação. Com essa sensibilidade imbricada, o que entendemos de gênero, sexualidade, as relações de classe e raça mudam, pois nem o discurso hegemônico nem a resistência perceptível em si explicam como elas são vividas, experimentadas e negociadas aqui e agora.

Nossos sistemas de dominação não são totalmente hegemônicos, e tampouco nossos sistemas hegemônicos estão ancorados em uma base material de dominação de alcance compatível, dada nossa formação exógena como colônias e empresas de comércio exterior cujas relações institucionais e intersubjetivas foram configuradas para privilegiar a proteção de propriedade para servir a uma metrópole além-fronteiras. Falar de gênero é falar das categorizações da humanidade. Simplesmente não há meios conceituais ou políticos para isolar uma variável de gênero, de forma intelectualmente rigorosa ou politicamente responsável, independente do objeto de estudo.

5 PROJEÇÃO DE VOZES DO SUBALTERNO NAS RELAÇÕES ESTRUTURAIS DE GÊNERO

O termo da teoria pós-colonial, subalterno, é frequentemente equiparado não apenas àqueles de culturas colonizadas sem voz⁴ em sua sociedade mais ampla, mas também a todos os grupos que enfrentam discriminação como mulheres, trabalhadores, grupos minoritários em um país desenvolvido etc.

Nas últimas décadas, diferentes setores sociais e culturais começaram a quebrar o silêncio e re-visitam criticamente as exclusões raciais em primeiro plano pelos discursos e políticas nacionalistas do Estado pós-colonial.

A questão do racismo contra os negros magrebins ganhou visibilidade social e política ao lado de debates sobre feminismo, direitos das mulheres e queer. As discussões sobre o racismo lideradas por ativistas, acadêmicos e jornalistas também convergiram com o crescente reconhecimento da discriminação contra os migrantes.

A presença de mulheres no cenário social tem sido um fato incontestável nos últimos anos, buscando novas soluções para os problemas impostos por uma ordem social, política e econômica que historicamente as marginalizou. Nessa presença, a crise econômica, política, social e cultural tem sido um elemento desencadeador que acelera os processos que estavam se formando. De fato, se por um lado a crise acentuou a evidência do esgotamento do modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente, por outro expôs como seus efeitos são recebidos diferentemente em amplos setores sociais, de acordo com as contradições específicas nas quais estão submersos, incentivando assim o surgimento de novos campos de conflito (Gonzalez, 2020).

⁴ A concepção de voz adotada neste trabalho é condizente com a proposta pelos estudos da Filosofia da Linguagem, em que é levada em consideração aspectos históricos e espaciais na constituição de discursos de poder (Bakhtin, 1984).

Frente às mulheres, as práticas de dominação geralmente pautam-se no sexismo e acontecem baseadas principalmente na falácia da supremacia biológica masculina. Discursos eugenistas e clássicos filosóficos preconizaram durante séculos o homem cis, hétero e branco como ideal biológico e social, dotando-o de representações universais associadas ao ideal perfeito e proximidade ao sagrado.

Essa concepção de supremacia do masculino materializa-se atendendo a poderes e interesses que são expressos por instituições influentes, como o estado e a igreja, responsáveis por perpetuar estas relações de poder. Tais relações, por sua vez, são naturalizadas e reproduzidas tanto por homens que gozam desse poder e seus privilégios, como pelas mulheres que são dominadas por tal ordem social.

A misoginia é comum em muitos contextos, incluindo ambientes educacionais e de trabalho, e essa incivilidade afeta negativamente a saúde psicológica e física das mulheres. O termo “misoginia” é derivado da palavra grega antiga “*msoguni*”, que significa ódio contra as mulheres. A misoginia tomou forma em múltiplas formas, como privilégio masculino, patriarcado, discriminação de gênero, assédio sexual, menosprezo das mulheres, violência contra as mulheres e objetificação sexual. As raízes da misoginia podem ser rastreadas até a mitologia grega antiga.

De acordo com Hesíodo, antes que as mulheres existissem, os homens coexistiam pacificamente como companheiros dos deuses até que prometeu decidiu roubar o segredo do fogo do Deus que irritou Zeus. Zeus puniu a humanidade com uma coisa maligna para seu deleite, chamada Pandora, a primeira mulher que carregava uma caixa que desencadeava todos os males, como trabalho, doença, velhice e morte. À medida que a mitologia derramava seus vícios sobre as mulheres, cada religião tinha seu próprio ponto de vista. O hinduísmo apresenta visão diversa sobre a posição da mulher e alguns textos colocam as mulheres como a deusa mais alta e alguns as restringem ao papel de mãe, filha e esposa.

A misoginia ao longo dos anos evoluiu como uma ideologia que engoliu a sociedade como um smog que diminui seu local para a aurora. Grandes filósofos, socialistas e pensadores da era de ouro foram subjugados pelos rugidos da sociedade dominante masculina que estreitaram sua visão e os tornaram defensores da sociedade patriarcal.

Ao longo dos séculos, as mulheres foram reprimidas, seus direitos foram negligenciados como ser humano, foram tratadas como parte inferior da sociedade e seus papéis ficaram restritos às tarefas domésticas e ao parto. A opressão prolongada levantou muitas vozes e coletivamente levou a um conceito de feminismo que deu início ao movimento mais longo da história que ainda continua.

Nessa perspectiva, não podemos ignorar o importante papel dos movimentos étnicos como movimentos sociais. Por um lado, o movimento indígena, cada vez mais forte na América do Sul (Bolívia, Brasil, Peru, Colômbia, Equador) e América Central não apenas propõe novas discussões sobre estruturas sociais tradicionais, mas busca a reconstrução de sua identidade ameríndia e o resgate de sua própria história. Por outro lado, o movimento negro, esclarecendo a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder desmascara as estruturas de dominação de uma sociedade e de um Estado que considera “natural” o fato de que quatro quintos da força de trabalho negra são mantidos presos em uma espécie de cinto socioeconômico que “lhes oferece a oportunidade” de trabalho manual e não qualificado. Sendo as vozes levantadas rotineiramente na busca pela igualdade.

As principais conclusões da colonialidade de gênero são a importância de entender seus propósitos principais: ajudar a manter a dominação sobre sexo, autoridade, trabalho, intersubjetividade (como as pessoas se relacionam psicologicamente umas com as outras), bem como seus recursos e produtos. Como sociedade, entender completamente nossa história em relação a gênero, sexualidade e raça e o impacto da colonização é o primeiro passo para curar os danos do passado e construir um futuro justo para cada ser humano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria decolonial critica a representação ocidental do “outro” e revela como o conhecimento produzido no e pelo Ocidente está em camadas com o poder colonial, criando e sustentando uma política de dominação do conhecimento ocidental e tornando o “outro” um objeto de conhecimento. Muitas abordagens decoloniais buscam repensar esse campo de (im)possibilidades desde a constituição moderna/colonial do mundo governante. A virada decolonial agora reconhecida nas ciências sociais e humanas ocidentalizadas complementa a ideia de descolonização com uma abordagem que não se resume a narrativas cronológicas ou entendimentos de (des)colonização e as dinâmicas de poder e resistência. Por sua vez, promove uma descentralização. Esforços para pensar gênero dentro de projetos descoloniais trouxeram à tona a ideia de *imbricação* como meio de compreender a natureza estrutural e estruturante das categorias de opressão e privilégio.

As categorias de gênero, raça e sexualidade não nos levam apenas a analisar as políticas de identidade e reconhecimento, como é a tendência das ciências sociais mais pós-modernas. São categorias centrais para analisar relacionamentos e estruturas sociais. A teoria feminista decolonial valoriza todos os saberes e experiências vividas como iguais e, ao fazê-lo, fornece um novo quadro dentro da geopolítica da produção de conhecimento, que exige respeito pela pluralização das diferenças. Como um conceito teórico emergente, o feminismo decolonial se baseia no trabalho de ativistas não-ocidentais, indígenas e mulheres de cor engajadas em movimentos de mulheres em sua comunidade e sociedade. Implica um novo caminho que não é uma imposição ou prescrição, mas uma visão de mundo, uma forma de ver e fazer e compreender gênero que emana das mulheres marginalizadas.

Gênero é uma categoria histórica e social que é continuamente encenada, embora sob as restrições das normas existentes que diferem entre “fronteiras geopolíticas e restrições culturais sobre quem está imaginando quem e com que propósito”. Nossa compreensão de gênero no contexto da modernidade é uma construção que diz respeito aos ideais ocidentais que defendemos sobre masculinidade e feminilidade, papéis e relações de poder.

A teoria feminista e a teoria pós-colonial se ocupam de temas semelhantes de representação, voz, marginalidade e da relação entre política e literatura. Visto que os dois projetos empregam perspectivas multidisciplinares, ambos estão atentos, pelo menos em princípio, ao contexto histórico e às coordenadas geopolíticas do tema em discussão.

Existem muitos sistemas de opressão que constroem nossa realidade no mundo ocidental; eles moldam nossas experiências e ditam a maneira como interagimos, categorizamos e entendemos nossos se-

melhantes. A supremacia branca, o capitalismo e o sexismo são alguns desses sistemas de opressão, todos abrangidos pelo colonialismo. A colonialidade do gênero fornece uma estrutura para descompactar nossas realidades construídas e pensar criticamente sobre as origens dos problemas sociais e o legado do colonialismo. Com uma melhor compreensão dos resultados (e da história completa) do racismo e do sexismo embutidos em nossa cultura, mais trabalho podemos fazer para desaprendê-lo e mais podemos avançar para a construção de sociedades melhoradas, novas epistemologias e realidades.

As estruturas familiares nucleares são outra construção social remanescente do colonialismo. Na sociedade capitalista eurocêntrica, a família nuclear é chefiada pelo homem, com sua esposa e filhos como seus subordinados e existe uma dicotomia que existe entre a mulher e o homem em uma família nuclear. O homem é forte fisicamente, engenhoso, dominante, dono da propriedade, que atua na esfera pública e, portanto, a mulher (mãe/esposa) não. Em vez disso, ela é frágil, delicada, submissa, a propriedade possuída, operando na esfera privada do lar. As identidades das mulheres de classe alta foram construídas com base em sua relação com (ou na presença ou ausência de) homens. A categoria negativamente definida de “mulher” como sendo “tudo o que os homens não são” também ilustra o patriarcado e o sexismo que prosperam nas famílias nucleares brancas de classe alta.

Ressalta-se ainda que a dicotomia do homem e da mãe/esposa é a base da instituição da família nuclear, e as mães/esposas servem como máquinas reprodutivas para impor a continuidade dessa instituição e a supremacia branca. Em outras palavras, as mulheres europeias de classe alta eram sexuadas por causa de sua capacidade de ter filhos, o que ajudaria a continuar o domínio da supremacia branca. Eles se encaixam na estrutura da família nuclear eurocêntrica de classe alta por causa dessa função, e é uma das razões pelas quais ainda hoje temos um sistema binário de gênero tão fortemente aplicado, tanto que pessoas transgênero e não-binárias enfrentam níveis abomináveis de violência e discriminação, enquanto as pessoas intersexuais são forçadas a serem “corrigidas” no binário com cirurgias antiéticas.

É crucial reposicionar e reformular nosso conhecimento para as sociedades pré-coloniais antes que o colonialismo as atingiu. Antes da colonização, muitas sociedades indígenas operavam com mulheres no centro das comunidades. Sexualidades fora do que passamos a entender como “heterossexuais” não apenas existiam, mas eram frequentemente amplamente aceitas e honradas. Mas com a colonização, o heterossexualismo, o capitalismo eurocentrado, a colonialidade do sistema de categorização do poder dismantelou todos os aspectos dessas sociedades.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problems of dostoevsky's poetics**. London: University of Minnesota Press, 1984.

BHABHA, Homi K. **The manifesto**. 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, p. 117-134, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MCLENNAN, Conor. Representation of lexical form. **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, v. 29, n. 4, p. 539, 2003.

Recebido em: 16 de Outubro de 2023

Avaliado em: 23 de Janeiro de 2025

Aceito em: 29 de Abril de 2025



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP).
Doutor em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB).
E-mail: bruno.pereira@ibirapuera.edu.br .

2 Doutor em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP). Docente e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Ibirapuera (PPGE-UNIB).
E-mail: tlsartori@hotmail.com .

Copyright (c) 2025 Revista Interfaces
Científicas - Direito



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial 4.0 International License.